

ORGANIZADORA

Carina Martins Costa

OLHOS DE VER

eclético em Petrópolis (RJ)

ORGANIZADORA

Carina Martins Costa

OLHOS DE VER

eclético em Petrópolis (RJ)



| São Paulo | 2023 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

O45

Olhos de ver: eclético em Petrópolis (RJ) / Organização Carina Martins Costa. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Coleção Olhos de ver. Volume 3

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-890-4

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.98904

1. Petrópolis. 2. Eclético. 3. Patrimônio. 4. Arquitetura.
5. Turismo. I. Costa, Carina Martins (Org.). II. Título.

CDD: 711.981

Índice para catálogo sistemático:

I. Petrópolis - Turismo

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 as autoras e os autores.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

[<https://creativecommons.org/licenses/>](https://creativecommons.org/licenses/).

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Biegging
Estagiária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Imagens da capa	Víctor Hugo Duarte Martins
Tipografias	Acumin, Open Sans
Revisão	Tascieli Feltrin
Organizadora	Carina Martins Costa
Colaboradora	Luana Martins Nogueira

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Duro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica

Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Duro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Epígrafe

País mestiço que se sonha branco, país que começa a experimentar o processo industrial e já se crê plenamente moderno, o Brasil de fins do século XIX deseja romper de vez com o estatuto colonial, projetando-se integralmente num modelo econômico e cultural que lhe permitiria superar de imediato um passado com o qual não se identificava e que procura apagar, sem rodeios (...) (Fabris, 1993, p.136)¹.

1 FABRIS, Anna Teresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais** Do Museu Paulista: História E Cultura Material, 7 (1), p. 131-143, 1993.

SUMÁRIO

Apresentação11

CAPÍTULO 1

Carina Martins Costa

**Petrópolis Republicana –
memórias em disputa 12**

CAPÍTULO 2

William Bittar

**Arquitetura eclética
em Petrópolis..... 21**

CAPÍTULO 3

Diego Nogueira Dias

**Arquitetura e ecletismo
nos primórdios do século XX
no Rio de Janeiro
e em Petrópolis..... 30**

CAPÍTULO 4

Aline Montenegro Magalhães

**Petrópolis industrial
na Exposição Nacional de 1908 39**

Sobre as autoras e os autores..... 49

Índice remissivo.....51



Aquarela com vista
da Praça da Águia.
Autoria: Ingrid Araújo, 2023.

APRESENTAÇÃO

É uma alegria apresentar os volumes sobre a arquitetura eclética em Petrópolis, integrantes da série “Olhos de ver”, que tem por objetivo divulgar produções científicas e pedagógicas sobre a cidade para um público ampliado.

Convido os/as leitores/as a percorrer conosco, no capítulo 1, a complexa trajetória memorial operada pelos republicanos após a expulsão e o exílio da família imperial, o que repercutiu enormemente na “Cidade de Pedro”.

O capítulo 2 traz uma análise do contexto histórico do estilo eclético e da arquitetura de ferro realizada pelo Professor William Bittar (FAU-UFRJ), com exemplos elucidativos no Rio de Janeiro e em Petrópolis.

O capítulo 3, de autoria do pesquisador Diego Dias (PROARQ- UFRJ), investiga a historiografia sobre o ecletismo no Brasil e a atuação do arquiteto Heitor de Mello na construção do Grupo Escolar Dom Pedro II em Petrópolis, com fontes inéditas do Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Por fim, o capítulo 4, da Professora Aline Montenegro Magalhães (USP/ Museu Paulista), integrante do projeto de extensão “Olhos de ver: produção de material digital inclusivo sobre história, arquitetura e patrimônio de Petrópolis” (UERJ/FAPERJ), descortina imagens da cidade no Álbum da Exposição

Nacional de 1908, uma importante fonte para compreender a faceta da industrialização e seu impacto na República.

Já o material pedagógico “Eclético em Petrópolis: olhares para a história e as memórias através dos usos na arquitetura”, em volume próprio, reúne o meticuloso trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Professor Arthur Tavares e sua equipe de estudantes de Arquitetura e Urbanismo, com um olhar especial para as apropriações populares do eclético. O “Almanaque”, em sequência, pretende ser um material de apoio para todos/as que quiserem percorrer as seleções realizadas, com atividades lúdicas e promoção de estratégias para aguçar o olhar pela arquitetura da cidade e sua dimensão de trabalho, técnica e experiência sensorial.

A organização dos *ebooks* “Olhos de ver” é parte do projeto de pós-doutorado intitulado “Lições das coisas” em Petrópolis: representações da cidade no cruzamento da história e arquitetura”, desenvolvido sob supervisão da Prof^ª. Dr^ª. Ceça Guimaraens no Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ), com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os cadernos objetivam divulgar as produções realizadas para um público ampliado, fortalecendo os laços entre a UERJ- *Campus* Petrópolis e sua comunidade.

Bons usos!!

1

Carina Martins Costa

**PETRÓPOLIS
REPUBLICANA –
MEMÓRIAS EM DISPUTA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98904.1

Petrópolis, cidade construída a partir da implementação do Palácio Imperial e do plano Koeler no século XIX, teve atenções da República recém-proclamada como um palco para construção de um novo projeto de cidadania. Era necessário apagar as marcas da monarquia e essa operação seria mais delicada em uma cidade tão vinculada ao Império, com seus palacetes e casarios. Após a expulsão da família imperial da cidade e do país, em novembro de 1889, uma complexa operação memorial foi posta à prova. O decreto de banimento, a proibição de possuir propriedades no Brasil e a revogação do subsídio de cinco mil contos de réis concedidos para instalação da família imperial na Europa, diante da recusa do ex-imperador, interpretada como “negação evidente da legitimidade do movimento nacional”, foram medidas da República para reforçar seu poder (Brasil, decreto n.78-A, 1889)².

Como ficaria a cidade de Pedro nesse novo contexto? Importante lembrar que Petrópolis foi capital do Estado do Rio de Janeiro entre 1894 e 1903. O Palácio Rio Negro, adquirido em 1903, foi comprado para ser a residência de verão dos presidentes, em uma atualização do uso político da cidade.

Os viajantes do século XIX construíram uma imagem para Petrópolis como cidade idílica, um paraíso na terra, com natureza exuberante e povo saudável, progressos tecnológicos e paz social. Importante notar que havia nesse período um amplo debate sobre obstáculos para a civilização brasileira como raça e clima, com políticas em favor do “embranquecimento” com a vinda de colonos europeus e a construção de uma relação entre clima tropical e indolência. Era, portanto, considerada um exemplo de civilização, um suposto enclave

europeu no meio dos trópicos. Apesar de pequena, a cidade oferecia diversos atrativos urbanos, em um país majoritariamente rural e agrícola, como meios de transporte variados, iluminação, parques e praças públicas, que propiciavam uma sociabilidade e lazer diferenciados. Ao final do século XIX, a industrialização ganhava força na cidade.

No início do século XX, os jornais como “Correio de Petrópolis” e “Sentinela” anunciavam a instalação dos bondes; a programação dos cinemas Paulicéia, Rio Branco e Centro; as visitas dos presidentes da República e muitos anúncios de produtos elétricos, serviços e materiais de construção. Nessa efervescência comercial, o estilo eclético também foi uma forma de se conectar duplamente ao passado europeu e à modernidade construtiva, com as inovações em ferro, vidros e ornamentos, muitos deles importados em catálogos.

Figura 1 - Anúncio de casas e importação de materiais construtivos dos EUA



Fonte: Jornal “Correio de Petrópolis,” 21 dez. 1913. Acervo Hemeroteca Digital/ Biblioteca Nacional.

² BRASIL. **Decreto n.78 A**, de 21 de dezembro de 1889. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0078-A.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

A Primeira República foi um período importante de construção de propostas de nação e de povo brasileiro, o que ensejou uma nova configuração do campo intelectual. As “modernidades” e os “modernismos” da década de 20 marcaram novas relações entre os intelectuais e o Estado (Bomeny, 2001; Gomes, 1999). O desafio de construir e consolidar um repertório simbólico relacionado à República foi enfrentado rapidamente (e em diferentes frentes) por meio de iniciativas públicas ou privadas. O tema da identidade nacional assumiu, assim, um papel central nas pautas políticas, culturais e educativas republicanas diante da necessidade premente de (re)definir a nação, o povo brasileiro e o seu passado comum.

“Destronar” o Império envolvia bem mais do que proclamar a República. Implicava um projeto político do novo regime, no campo cultural e educacional. Contudo, as complexas relações entre memória, história e identidade não indicam a possibilidade de rupturas profundas e rápidas. São relações delicadas, que exigem rearranjos, negociações e mobilização dos atores. Isso porque os processos de construção de identidade são contínuos, lentos e envolvem esforços de divulgação, imposição e adesão de um grupo, não importando, nesse caso, seu tamanho.

Sem dúvida, esse foi um momento crucial na conformação do campo de estudos de História do Brasil, que, durante o Segundo Reinado, esteve atrelado principalmente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sob os auspícios do imperador D. Pedro II. Portanto, muitos historiadores têm investigado a construção de novos heróis e narrativas nesse contexto de resignificação do passado nacional (Gomes, 1996; Carvalho, 1990).

As reavaliações sobre o período de construção do regime republicano, em especial das primeiras décadas, auxiliam, desse modo, a compreender as lutas simbólicas que estavam sendo travadas, tendo em vista a constituição de uma cultura histórica republicana, o que envolvia um amplo esforço para sua produção, legitimação e difusão (Fagundes, 2015; Gomes, 1996, 1999, 2000; Dutra, 2005).

Uma importante influência no pensamento político republicano foi o positivismo ou os positivismos, já que não era uma doutrina homogênea. Por meio da leitura das obras de Augusto Comte, de Littré, de Spencer, entre outros, as ideias principais dessa corrente foram sendo formuladas e organizadas no Brasil. Seu princípio básico advinha da Teoria dos Três Estados, ou seja, três fases distintas de uma mesma trajetória evolutiva da história dos povos.

O primeiro estágio, o Teológico, se caracterizava por uma forma de conhecer o mundo natural e social eminentemente religiosa. Já o segundo estágio, o Metafísico, seria o início da busca pela racionalização, inaugurada historicamente pelo movimento iluminista europeu. E o terceiro, o Estado Positivo, seria o ápice da evolução humana, marcado pela racionalidade e cientificidade do conhecimento. Através do acúmulo de conhecimento, acreditava-se que o homem teria a oportunidade de corrigir sua rota histórica.

A aplicação desse pensamento para a compreensão da história, especialmente da brasileira, foi responsável pela categorização de cada período, sendo a Colônia enquadrada no estágio Teológico; o Império, no Metafísico e, finalmente, a República tendo o papel de consolidar o Estado Positivo.

A possibilidade de coexistência dos Estados em um mesmo período histórico também foi cogitada. De acordo com essa teoria, a fórmula do progresso brasileiro estaria na instrução de seus cidadãos e no povoamento de seu território, basicamente pela atração de imigrantes brancos e trabalhadores qualificados. Percebe-se, aqui, que a cidade oferece condições consideradas ideias para o desenvolvimento positivista.

É importante destacar, porém, que, ao final do Império, apenas 17% da população brasileira era alfabetizada, o que indica que a educação formal era restrita a uma elite (Nemi; Martins, 1996). Assim, o regime republicano demandou projetos de consolidação e legitimação políticas que exigiam, principalmente, nos anos iniciais, a redefinição da memória nacional e a construção de um novo sistema simbólico de poder.

A História, juntamente com a Geografia e a Língua Pátria, era concebida como uma das bases de um tripé da nacionalidade. A magnitude e a indivisibilidade territorial do país, aliadas à desejada unidade linguística e a uma concepção evolucionista do processo histórico, forjavam uma ideia de progresso da nação brasileira. Nesse contexto, proliferaram as festas e os desfiles cívicos, enfim, um conjunto de comemorações da República. O Estado republicano deveria ser o promotor dessas mudanças educativas em prol da defesa dos valores cívico-nacionais.

Os valores cívico-nacionais também seriam marcados, em Petrópolis, em uma completa mudança de toponímia. De acordo com a pesquisa de André Daibert (2010), apenas vinte dias após a Proclamação da República, a Câmara Municipal de Petrópolis aprova a remoção das evocações da família imperial do tecido urbano:

A Câmara aprova a substituição que tem de ser presente ao governador do estado para aprovar, é a seguinte: Quinze de Novembro a rua do Imperador – Sete de Setembro a da Imperatriz – Silva Xavier a de Dona Maria II – 28 de Setembro a de Dom Afonso – 13 de Maio a de Dona Isabel – 7 de Abril a de Dona Leopoldina – Marechal Deodoro a de Dona Januária – General Osório a de Dona Francisca – Bento Gonçalves a do Conde d’Eu – Nunes Machado a do Duque de Saxe – Piabanha a de Nassau – Cruzeiro a de Bourbon – 1º de Março a de Bragança – Ipiranga a de Joinville – (...) praça de Dom Pedro de Alcântara a de Dom Pedro II, Inconfidência a do Príncipe Grão Pará (Ata da Câmara Municipal de Petrópolis em 5/12/1889 *apud* Daibert: 2010, p. 36).

Nota-se que Dom Pedro permanece como nome de uma das principais praças da cidade, mas agora em sua versão “cidadã”, Pedro de Alcântara. As datas históricas selecionadas reforçam a memória republicana, a independência e a abolição da escravatura e todos os personagens da família imperial são banidos também do tecido urbano. O ato de nomear as ruas, de responsabilidade das Câmaras Municipais, ocupa uma centralidade nas ações legislativas por envolver homenagens, memórias e redes de sociabilidade. Neste sentido, “nomear lugares é impregná-los de cultura e poder”. (Claval, 2001, p. 202). Isquierdo (2008, p. 36) defende a importância das toponímias, que confirmam “a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso”, o que torna fundamental a análise da disputa de fatores linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos e políticos. Essa mudança deve ter provocado também resistências e, atualmente, as principais avenidas retornaram ao nome original.

Outro importante local de produção de memórias foi a imprensa. Em 1914, por exemplo, mais de vinte anos após a morte de D. Pedro II, Afonso Celso, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), publicou uma crônica chamada “Um projeto do Imperador”, no jornal *Correio de Petrópolis*³. Nela, simula a reprodução de um diálogo de D. Pedro II e seu médico e amigo Motta Maia em um hotel francês, após a morte de sua esposa, Tereza Cristina. Ao receber um recurso proveniente do Brasil, D. Pedro teria ficado empolgado com a possibilidade de atender os inúmeros pedidos de caridade e esmola que guardava em uma gaveta, ao que Motta Maia adverte que seria temerário pela fragilidade da situação econômica que estavam. Desolado, D. Pedro aceitaria então quitar as despesas do hotel e compartilhava seu plano de internar-se em um convento com uma boa biblioteca para passar o resto da vida. E alertava ao amigo de que, caso sobrasse alguma quantia, seu desejo era acolher os pedidos módicos dos mais necessitados. Ao final, o autor anota: “O conde de Motta Maia chorava!”

A publicação de artigos deste teor, inclusive com a preservação de títulos monárquicos depositos pela República, demonstra a presença da reivindicação de parte de intelectuais e políticos para a sensibilização da situação de penúria e possível reparação. Consolidado o regime republicano, era hora de conciliar com a memória imperial, compreendida como destituída de força para uma restauração. Já em 1891, houve apresentação de projeto na Câmara de Deputados

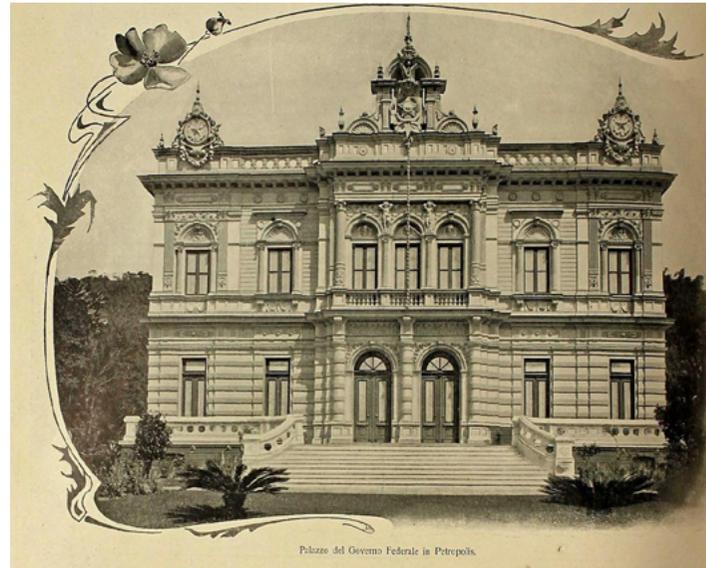
neste sentido, que sequer foi votado. Havia temor de que a paz republicana pudesse ser perturbada. Somente em 1920, por ocasião do planejamento do centenário da Independência, o Presidente Epitácio Pessoa assinou o decreto de revogação do banimento e a autorização de trasladação dos restos mortais do ex-imperador e sua esposa. O debate na imprensa foi intenso sobre o local da homenagem, decidindo pela Catedral de Petrópolis, ainda inconclusa. Somente em 1925 o Mausoléu da Catedral foi inaugurado.

Cabe recordar que, depois do exílio, o rápido falecimento dos monarcas deixou a Princesa Isabel como única herdeira do Palácio Imperial, recorrendo ao aluguel do prédio em duas ocasiões: para o Educandário Notre Dame de Sion (1893 a 1908) e o Colégio São Vicente de Paulo (1909 a 1939). Somente na década de 1940 o palacete foi adquirido pelo governo federal com o intuito de transformá-lo em Museu Imperial. Um ciclo de intensas disputas pela memória se encerra sob o comando do presidente Getúlio Vargas, a quem a proximidade com a imagem do imperador interessava.

Outro Palácio foi escolhido para ser o símbolo e sede da República: o Palácio Rio Negro foi adquirido em 1903 para receber presidentes. Transforma-se, assim, em local da continuidade do projeto de vilegiatura imperial, com a vinda de presidentes durante o verão. De estilo eclético, o amplo palacete abrigou inúmeras famílias presidenciais e sua efervescência mobilizou, igualmente, grupos de intelectuais, diplomatas e ricos comerciantes em seu entorno. Atualmente, faz parte do Museu da República, instituição vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/ MINC).

3 CELSO, Afonso. “Um projeto do Imperador”. *Correio de Petrópolis*, 25 de janeiro de 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/809080/per809080_1914_00046.pdf. Acesso em 31 de ago. 2023.

Figura 2 - Fachada do Palácio Rio Negro, com os símbolos republicanos

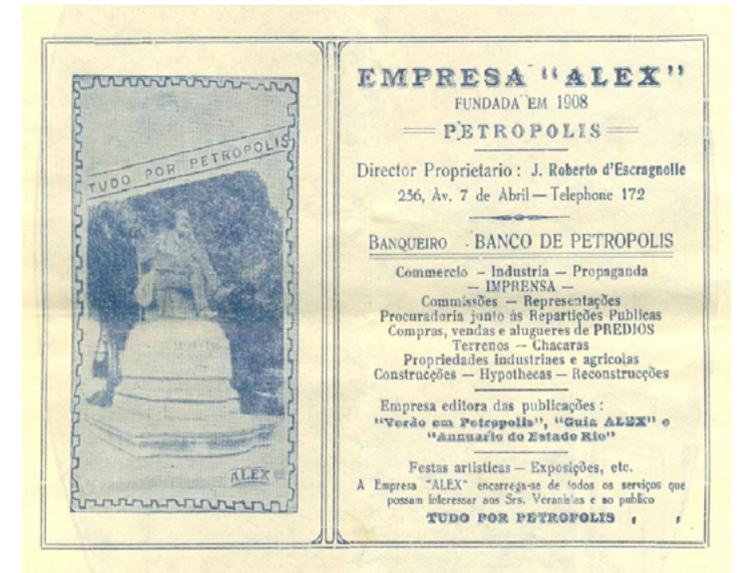


Fonte: Disponível em: <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casos-de-estudo/casosdeestudo/739-palacete-do-barao-do-rio-negro-petropolis>. Acesso em 10 de ago 2023.

As primeiras décadas do século XX foram intensas na cidade. Tal como no século XIX, vários guias de viagem foram publicados, bem como incrementados por revistas para veranistas e folhetos variados. A imagem de Petrópolis passa a reunir três aspectos centrais, de acordo com a pesquisa de André Daibert (2010) sobre a produção de sua natureza turística, a saber: grande ênfase à privilegiada situação climática e higiênica da cidade, construindo uma noção de Petrópolis como uma “cidade de cura”;

contraditória noção de um local “campestre, bucólico e pitoresco”, ao mesmo tempo que um “burgo industrial”; 3) a elitização do local, como “Rainha das Serras” ou “Princesa do Piabanha”. De certa forma, é possível considerar que os títulos nobiliárquicos da cidade foram herdados do Império e a naturalização da permanência dos mesmos parece ter sido uma estratégia bastante eficaz. A República exigiu, decerto, atualizações, como o deslocamento da importância do Palácio Imperial para outros equipamentos e uma forte noção de progresso por meio da industrialização.

Figura 4 - Imagem de propaganda da empresa Alex



Fonte: Revista Verão em Petrópolis, 1921, sp. (In: Daibert, 2010).

A Revista “Verão em Petrópolis” era distribuída para os veranistas que chegavam à cidade, com informações sobre eventos, atrativos e passeios disponíveis na temporada. Na propaganda da empresa “Alex”, considerada pioneira na organização dos serviços de turismo na cidade, a imagem da estátua de Dom Pedro II localizada na praça de mesmo nome, encimada com os dizeres “Tudo por Petrópolis”; o *slogan* repetido ao fim do texto lateral, parece evocar uma continuidade entre a empresa e o imperador no intuito de engrandecer a cidade. No mesmo ano de revogação do banimento, Dom Pedro II aparece monumentalizado em sua atitude de cidadão ideal, filósofo, um grande homem (Fagundes, 2015, p. 2).

A transladação de seus restos mortais para recém-inaugurada Catedral São Pedro de Alcântara e, sobretudo, a inauguração do Museu Imperial na década de 1940, são marcos importantes para outra etapa de construção da memória. Enquanto no Mausoléu o que se destaca é o monarca-cidadão e fatos que anunciam a República, inclusive a partida para exílio, no Museu a proposta era a exibição dos símbolos da monarquia como cetro e coroa, na tentativa de produção de uma imagem luxuosa e mítica da realeza, já sem chances políticas de ser restituída (Fagundes, 2022). Em plena ditadura do Estado Novo, um busto de Getúlio Vargas foi instalado nos jardins do Palácio, como a evocar uma suposta relação entre os governantes.

A cidade volta a ser, simbolicamente, de Pedro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMENY, Helena (Org.). **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Decreto n.78 A**, de 21 de dezembro de 1889. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0078-A.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CELSO, Afonso. "Um projeto do Imperador". **Correio de Petrópolis**, 25 de janeiro de 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/809080/per809080_1914_00046.pdf. Acesso em 31 de ago. 2023.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2. ed. Florianópolis: EDUSC, 2001.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. **História do turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930. 2010**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) –Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2010.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **Rebeldes literários da República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. De volta à terra pátria: o traslado dos restos mortais de D. Pedro II e Thereza Cristina para o Brasil (1921). **Anais**. Florianópolis: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Nos rastros das batalhas: repensando o Museu Imperial a partir dos debates sobre as memórias de d. Pedro II e seu reinado (1891-1943). **Anuário do Museu Imperial**. Petrópolis: IBRAM, 2022.

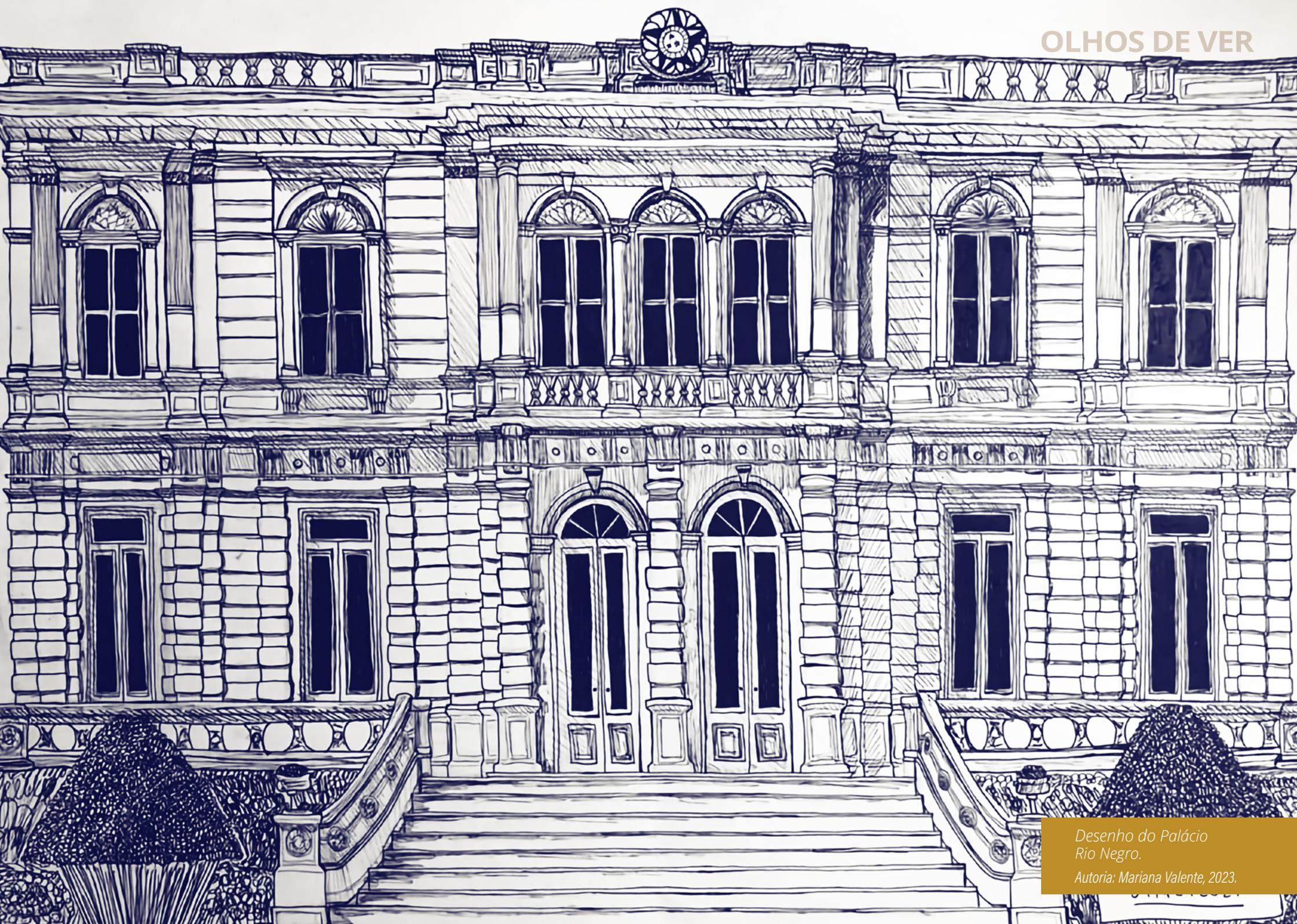
GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do Rio...** modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sociohistórico na toponímia sul-mato-grossense. **Revista prolíngua**. v. 2, n. 2, p. 34- 52, 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC; FGV, 1987.



*Desenho do Palácio
Rio Negro.*

Autoria: Mariana Valente, 2023.

2

William Bittar

ARQUITETURA ECLÉTICA EM PETRÓPOLIS

DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98904.2](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98904.2)

Na segunda metade do século XIX, durante o reinado do Imperador D. Pedro II, o Brasil se aproximou culturalmente da Europa, apesar de permanecer uma nação agrária e escravocrata.

Além de questões artísticas, a revolução industrial começava a se apresentar no cenário nacional com o surgimento das primeiras fábricas, o aumento dos imigrantes e a própria mudança da mão de obra e produtos manufaturados.

Havia uma clara necessidade de modernizar o país, pois até mesmo cidades mais desenvolvidas ainda permaneciam parcialmente com infraestrutura colonial, péssimas condições de higiene e de salubridade, gerando epidemias cíclicas.

Este cenário gerava prejuízos à nação e tornava-se indispensável implementar transformações estruturais, pretensão quase impossível diante das circunstâncias desfavoráveis que se delineavam como os movimentos abolicionistas e republicanos, minando o poder imperial constituído.

Com a República, surgiram grandes reformas urbanas, iniciadas nas duas primeiras décadas do século XX inspiradas, principalmente, nos trabalhos de Haussmann, em Paris. Os edifícios projetados e construídos nestes novos cenários metropolitanos deveriam refletir, em sua tipologia estilística, o espírito da modernidade da proposta parisiense: o Eclétismo.

A opção por este repertório foi “devido à sua aparente liberdade de composição e às incontáveis possibilidades de

incorporar aos projetos e espaços resultantes peças produzidas pela revolução industrial em seu ápice, o Eclétismo tornou-se o estilo preferido pela burguesia em ascensão...” (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2010, p. 147).⁴

Esta nova linguagem apresentava algumas características que a associava ao Romantismo, considerando que o movimento eclético começara com uma manifestação conhecida como revivalismo.

Esta vertente eclética buscava o estilo nacional de cada país, “calcado em pesquisas sobre as manifestações da arquitetura do passado nacional, que valorizou ou definiu os primeiros critérios de restaurações, presente nos trabalhos de Viollet –le-Duc.” (Patteta, 1987, p. 11).⁵

A segunda corrente, segundo Luciano Pateta é a *composição estilística*, oriunda do revivalismo. Sem a procura de um estilo nacional, buscava as referências do passado tratando o objeto arquitetônico com unidade e correção, porém absorvendo as novas técnicas construtivas. Esta corrente foi o modelo adotado para os grandes edifícios públicos construídos nas grandes

4 MENDES, F. R.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil:** de D. João VI a Deodoro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.

5 PATTETA, Luciano. Considerações sobre o eclétismo na Europa *In:* FABRIS, Anateresa (Org.). **Eclétismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 8-27.

avenidas abertas pelo Estado, que se tornaram símbolos da modernidade da jovem república.

A cidade do Rio de Janeiro, levada à capital republicana como Distrito Federal, abrigou alguns dos principais edifícios desta linguagem ao longo da Avenida Central (depois Avenida Rio Branco), concentrados principalmente junto à Praça Marechal Floriano, limítrofe da nova Avenida Beira-Mar: o Theatro Municipal, de Passos e Guilbert, a Escola Nacional de Belas Artes, de Adolpho Morales de los Rios, com clara alusão à ala do Louvre; a Biblioteca Nacional, de Souza Aguiar, inspirada na Biblioteca Nacional de Madrid; o Palácio Monroe, também de Souza Aguiar e a sede do Supremo Tribunal Federal, que adaptou uma edificação projetada originalmente por Morales de los Rios para abrigar a Mitra Arquiepiscopal.

Na mesma esplanada, alguns anos depois, em 1923, foi inaugurado o Palácio Pedro Ernesto, projetado por Heitor de Mello, cujo partido estético optou por referências ao classicismo francês, com alusões à ala Lescot do Louvre ou a pavilhões dos jardins de Versalhes, compondo um exemplar de cunho classicizante, tipologia que já fora adotada na reforma do Palácio Amarelo (1895), no Palácio Rio Negro (1889) e no edifício dos Correios (1922), todos no centro histórico de Petrópolis.

Figura 1 - Palácio Pedro Ernesto Rio de Janeiro



Fonte: William Bittar.

Figura 2 - Palácio Amarelo, Petrópolis



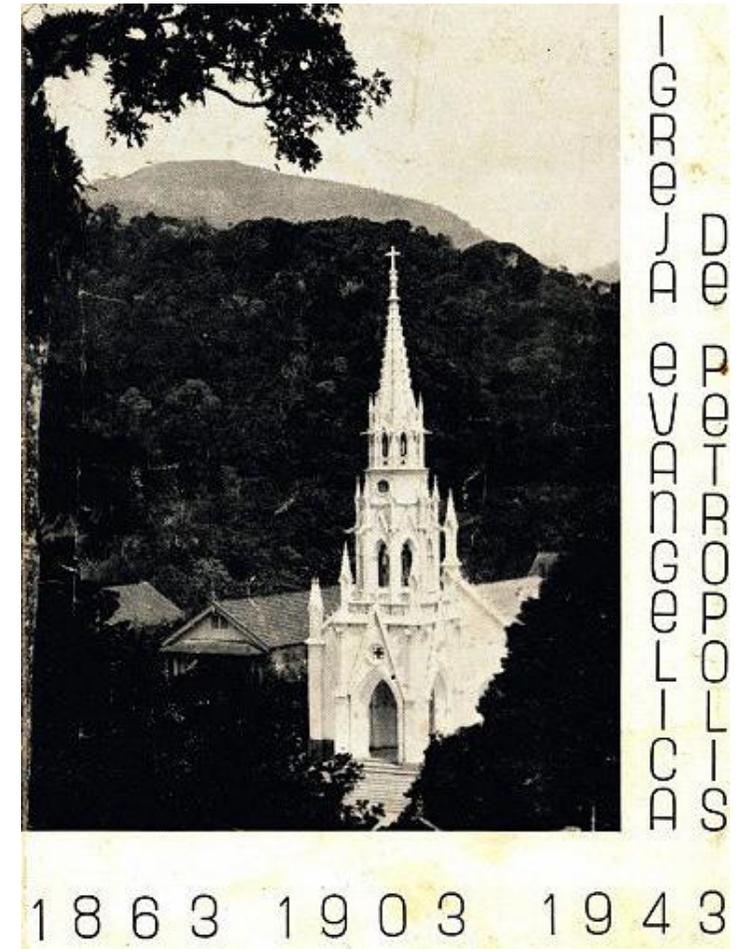
Fonte: Acervo UERJ.

O funcionalismo ou historicismo tipológico procurava associar a forma da edificação às suas origens históricas, definindo alguns padrões estéticos para determinados programas (...) impregnada de símbolos e referências, que possibilitavam compreender a função do edifício através de sua fachada..." (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2010, p. 148, grifos do autor).⁶

A maioria dos edifícios religiosos construídos no país entre o final do século XIX e meados do XX, corresponde a esta corrente eclética. Em Petrópolis, Catedral de São Pedro Alcântara, católica; e a Igreja Luterana adotaram repertório neogótico.

Estações de embarque dos trens e algumas fábricas, apresentavam forte vinculação com referências históricas da arquitetura inglesa, como a Fábrica São Pedro de Alcântara, a Companhia Metropolitana de Tecidos, a Fábrica de Tecidos Dona Isabel, a Fábrica de Doces Guerra e a Cervejaria Bohemia, todas em Petrópolis.

Figura 3 - Igreja Luterana de Petrópolis



6 MENDES, F. R.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil:** de D. João VI a Deodoro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010, p. 148.

Fonte: <https://www.luteranos.com.br/memorias/igreja-evangelica-de-petropolis-1863-1903-1943>.

Figura 4 - Fábrica de Tecidos São Pedro Alcântara



Fonte: Acervo Pessoal.

Algumas residências, por sugestão dos arquitetos ou solicitação dos proprietários, também adotaram a linguagem medieval, aludindo a castelos ou palacetes, talvez por uma associação simbólica ao poder. A *Vila Itararé*, com seus arcos ogivais e torreões é um significativo exemplar historicista, assim como o *Castelo de Itaipava*, com projeto atribuído a Lucio Costa e Fernando Valentim.

Figura 5 - Villa Itararé



Fonte: Acervo Particular.

“Os pastiches compositivos, com a catalogação e aplicação das formas do passado consideradas como afirmativas, nem sempre apresentavam-se com soluções estilísticas associadas às leis da composição das academias.” (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2010, p. 148).⁷ No entanto foram utilizados por segmentos diferenciados e adotados tanto por profissionais de formação erudita, como arquitetos da Escola de Belas Artes, e como por mestres de obras com algum conhecimento da produção em voga em centros urbanos do exterior.

“O ecletismo de catálogo pode ser considerado uma popularização dos produtos manufaturados, aplicados nas crescentes metrópoles de forma nem sempre ordenada, mas extremamente atrativa para um público ávido por

7

MENDES, F. R.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil:** de D. João VI a Deodoro. op. cit. p.148

novidades. Ornatos, gradis, esquadrias eram oferecidos em quantidade e variedade, possibilitando, mesmo em conjuntos arquitetônicos urbanos, uma variedade inimaginável de combinações em sua unidade de pés direitos e testadas (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2010, p. 148).⁸

Na Avenida Central, no Rio de Janeiro, cartões postais documentam multiplicidade de exemplares que adotaram o ecletismo de catálogo, o mesmo ocorrendo com a paisagem urbana de várias cidades brasileiras.

A arquitetura popular petropolitana, presente em sobrados no centro histórico, assim como alguns de seus palacetes, adotam com frequência estas duas correntes.

Figura 6 - Sobrados Ecléticos na Rua do Imperador



Fonte: Bilhete Postal.

8 Idem, p.149.

ARQUITETURA DO FERRO

Com o advento da Revolução Industrial e a possibilidade de novas formas de tratamento do ferro para efetivá-lo como material de construção, ao final do século XVIII iniciou-se seu emprego como elemento estrutural em pontes, edifícios e outros equipamentos de menor porte. O desenvolvimento das fundições permitiu a reprodução, em liga metálica, de elementos da arquitetura do passado e de formas da natureza, o que influenciou diretamente para o surgimento da arte nova. (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2010).⁹

Ao longo dos oitocentos difundiu-se e consagrou-se sua aplicação, principalmente após as exposições universais, como no Palácio de Cristal, em Londres, 1851, projetado por Joseph Paxton ou na Torre Eiffel, em Paris, construída para a Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Francesa, em 1889.

A inauguração do Palácio de Cristal na capital inglesa em 1851, construído em tempo recorde para a instalação da Primeira Feira Internacional de Produtos Industrializados, o ferro, associado ao vidro, transformará, definitivamente, os processos construtivos ao longo da segunda metade do século XIX.

A primeira tentativa de adaptação destes novos materiais ao modelo estético vigente aplicava formas do passado ao processo industrial do século XIX. As seções estruturais foram produzidas em ferro fundido reproduzindo

9 MENDES, F. R.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil:** de D. João VI a Deodoro. op. cit., p.150.

antigas formas do passado, sem manter as proporções originais: colunas finas com pedestal, caneluras, capitéis dóricos, jônicos e coríntios, outras acrescidas com elementos da tradição medieval, barroca ou rococó.

Em Paris, a Biblioteca de Santa Genoveva, de 1861, contava com estrutura autônoma de ferro e vidro como vedação, porém adotando repertório goticizante.

A CONSTRUÇÃO EM FERRO NO BRASIL

O Brasil Imperial, através da figura de D. Pedro II, havia participado de muitas exposições internacionais e gradativamente, através de empresários como o Barão de Mauá, também incorporou este novo material em suas técnicas construtivas.

Sua aplicação na arquitetura e em equipamentos urbanos compreendia grandes estruturas em ferro e vidro aparente ou, ainda, elementos de ferro complementando construções tais como escadas, colunas, cúpulas, portas de correr, mezaninos, vitrines, coretos, chafarizes, postes para iluminação, relógios públicos. Novos programas arquitetônicos tornavam-se indispensáveis: lojas, teatros, mercados municipais, estações ferroviárias, fábricas, grandes galpões para armazenar mercadorias nos portos brasileiros e até mesmo pavilhões para lazer ou exposições, como o *Palácio de Cristal*, em Petrópolis.

Figura 7 - Palácio de Cristal, Petrópolis



Fonte: Bilhete Postal.

Inspirado em seu homônimo inglês, ele foi construído em 1884. Inicialmente destinado a abrigar exposições agrícolas, sua estrutura foi fundida em oficinas francesas, transportada e montada no Brasil como presente à Princesa Isabel.

Mesmo com toda sua tradição de cidade imperial, Petrópolis foi sensível às transformações da arquitetura no Brasil. Além do neoclassicismo, percorrer as ruas do centro histórico revela a multiplicidade de partidos, uma síntese das transformações da arquitetura nacional. Ali estão representados exemplares significativos do Romantismo, Eclétismo, Arquitetura do Ferro, Art-Déco, Arquitetura Moderna, Brutalismo até a produção contemporânea.

Além de marcos notáveis, a cidade, devido à diversidade de sua ocupação, inclui diversos edifícios populares que reproduzem de forma simplificada os modelos adotados pelas classes mais elevadas, a partir da linguagem eclética.

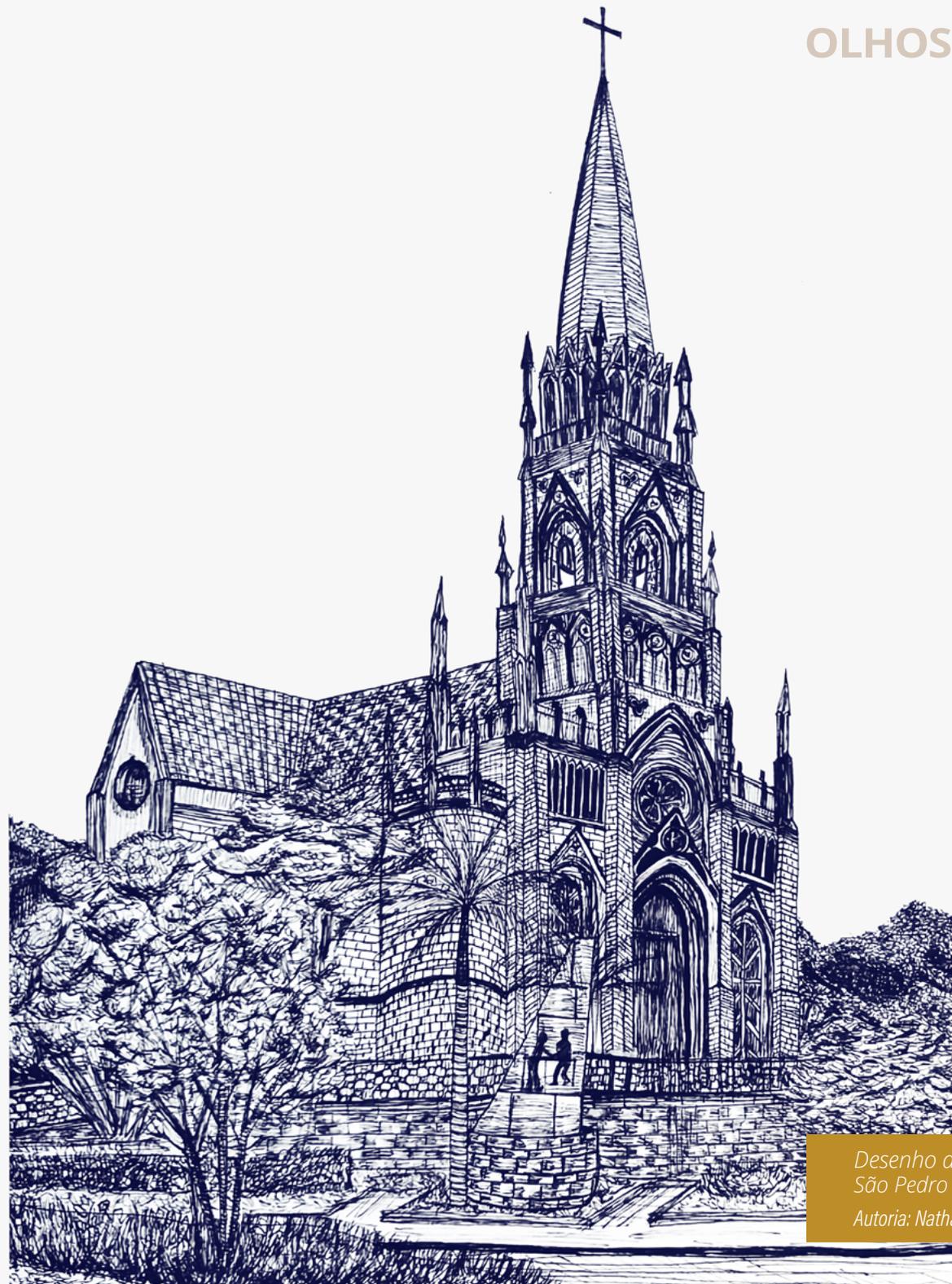
É indispensável registrar que o adensamento local, ocorrido de forma descontrolada, com a omissão do poder público, revela habitações precárias, sem as referências estilísticas constantes nos tratados estéticos existentes, no entanto, pela necessidade de morar e sobreviver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; BITTAR, Willian. **Arquitetura no Brasil:** de D. João VI a Deodoro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.

PATTETA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa *In*: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 8-27.

FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.



*Desenho da Catedral
São Pedro de Alcântara.
Autoria: Nathaly Lettieri, 2023.*

3

Diego Nogueira Dias

ARQUITETURA E ECLETISMO NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XX NO RIO DE JANEIRO E EM PETRÓPOLIS

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98904.3

Os estudos sobre a história da arquitetura explicitam a dificuldade em se definir o termo ecletismo. De um lado, há aqueles que caracterizam-no como uma mescla de estilos arquitetônicos produzidos em períodos anteriores – principalmente a partir dos chamados estilos clássicos, assim como a apropriação local das técnicas e formas arquitetônicas do que de mais moderno se produzia na Europa. De outro, estão os que afirmam que o ecletismo foi uma opção consciente pela diversidade de linguagens, não devendo ser caracterizado como um mero pastiche ou miscelânea.¹⁰

Paulo Santos, em *Quatro Séculos de Arquitetura* (1981), considera o ecletismo enquanto uma fusão entre o imperial-neoclássico e a sensibilidade romântica; um “produto do intercâmbio de influências – nos usos e costumes, Literatura, nas Artes em geral, na Arquitetura – provocados pelos meios de comunicação introduzidos pela Revolução Industrial” (Santos, 1981, p. 35). Para ele, o ecletismo toma lugar entre o último quartel do século dezanove e o primeiro do século vinte, empregando materiais diversos, como o ferro e o vidro, e elementos de acabamento refinado, entre papel de parede e peças de louça. Essa diversidade de técnicas e materiais é o que faz do capitalismo o grande agente da arquitetura eclética. Destaca-se a importância dada ao espaço interior, inclusive com a importação de mobiliário europeu.

No Brasil, entretanto, o conceito de ecletismo se diferenciou parcialmente daquele europeu, por abranger

10 Esta pesquisa faz parte da tese de doutorado do autor, intitulada: “O estilo sob suspeita: tradição e modernidade em Archimedes Memória e Lucio Costa”, defendida em junho de 2023 junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“a arquitetura inspirada pela academia após o declínio do neoclassicismo” (Alencar, 2010, p. 21). Alguns autores, inclusive, o chamam de historicismo, por inspirar-se no passado e mesclar características diversas de estilos que o precederam.

A arquitetura eclética caracterizou-se, para além de um estilo, como uma atitude: dos proprietários que almejavam prestígio e destaque na sociedade, e conformavam novas relações entre si e com a cidade; do arquiteto/projetista, que diversas vezes atribuía aos ornamentos função estrutural, para além da decorativa; e do mercado pós Revolução Industrial, que introduzia novos materiais, técnicas construtivas e o novo modelo de compra por catálogo, ao mesmo tempo, que estimulava a economia. O ecletismo tornava-se um excelente veículo estético para a assimilação de inovações tecnológicas.

Como aponta Annateresa Fabris, “o ecletismo é algo que se distingue dos *revivals* [...]” (1987, p. 12), é

A cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto (Fabris, 1987, p.123).

Ana Carmen Casco (2006, p. 257) considera que “estilo e moda são expressões de modernidade, de ser atual e de acompanhar a velocidade do seu tempo no mundo das aparências. São Sinais de que estamos preparados para a ameaça do futuro”. Assim sendo, “o homem eclético, como o contemporâneo, é refém do consumo – é uma *fashion victim*” (Casco, 2006, p. 257). Complementando o pensamento de Casco, Sá (2004) argumenta que o ecletismo

caracteriza-se pela recomposição de estilos do passado, mediante uma mistura de elementos oriundos de diferentes períodos e países. Originado na Europa, o estilo relacionava-se estreitamente às transformações pelas quais passava o país. Sobre o ecletismo brasileiro, o mesmo autor afirma que ele se estabeleceu inicialmente mais como uma “importação de [...] formas prontas e de modelos a copiar do que de ideias” (Sá, 2004, p. 28). Assim, fica evidenciado o papel social da arquitetura eclética entre os brasileiros. “Forjado nos modernos fornos da Revolução Industrial com o desenvolvimento dos processos de automação”, o ecletismo tem como pano de fundo “produções em série, cópias, largas avenidas e bulevares, automóveis, aceleração, esforço repetitivo [...]” (Casco, 2006, p. 259).

No mesmo debate sobre as definições de um ecletismo no Brasil, Rocha-Peixoto o define como “a arquitetura que associa num mesmo edifício referências estilísticas de diferentes origens” (Rocha-Peixoto, 2000, p. 6), buscando expressar “dramaticidade, conforto, expressividade, luxo, emoção e exuberância” (2000, p. 7). No Brasil, a arquitetura eclética se consolidou no meio urbano também devido à chegada da mão de obra imigrante após a abolição da escravidão. Eram estes os grandes detentores do saber-fazer necessário à essa arquitetura, à época já consolidada no exterior. Suas próprias moradias foram sendo construídas a partir de técnicas, ferramentas e expressões de seus países de origem, bastante diferentes daquelas brasileiras – até então, marcadamente colonial e/ou imperial-neoclássica.

Toda uma nova classe de trabalhadores estava para ser consolidada, no campo da construção civil: serralheiros, carpinteiros, funileiros, ferreiros, marceneiros, entalhadores, estucadores, entre outros, se tornavam profissões necessárias

com considerável demanda nas grandes cidades do período, facilitadas ainda pelas instituições de ensino de ofícios. Tal aspecto fez com que Lucio Costa, uma dos maiores arquitetos brasileiros do século XX, e grande agente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), definisse grosseiramente o ecletismo como sendo o “mal gosto da arquitetura corrente dos mestres-de-obras” (Costa, 1995, p. 157)¹¹.

As transformações pelas quais passava a sociedade, principalmente a transição entre a era imperial para a republicana, somavam-se ao conflito entre as técnicas: “a artesanal a despertar uma atitude compromissada, amorosa entre o homem e o objeto do seu trabalho *versus* a mecânica, impessoal, fria, em que o homem é reduzido a um autômato [...] trabalho despersonalizado, em série” (Santos, 1981, p. 76). Correlacionando os elementos pré-fabricados e os imigrantes, Guimaraens ressalta que

As fachadas adornadas de elementos pré-fabricados traduzem o imaginário feérico dos imigrantes e resultam em híbridos e polifônicos estilos típicos da fase republicana inicial. Denominados também historicistas e pinturescos de feição neoclassicizante, renascentista e gótica, com inspiração mourisca, anglo-saxônica, italiana e francesa, os edifícios ecléticos exprimem a internacionalização da economia e do comércio no Brasil (Guimaraens, 2012, s/p.).

No ambiente eclético “a arquitetura e a cidade assumem a condição de linguagem. Seus elementos têm significado, estão entranhados de sentido. E assim, como se fosse

¹¹ Originalmente publicado sob o título “Muita construção, alguma arquitetura e um milagre”, no Correio da Manhã, em 15 jun. 1951, este texto foi republicado diversas vezes sob o título “Depoimento de um arquiteto carioca” (Costa, 1995, p. 157-171).

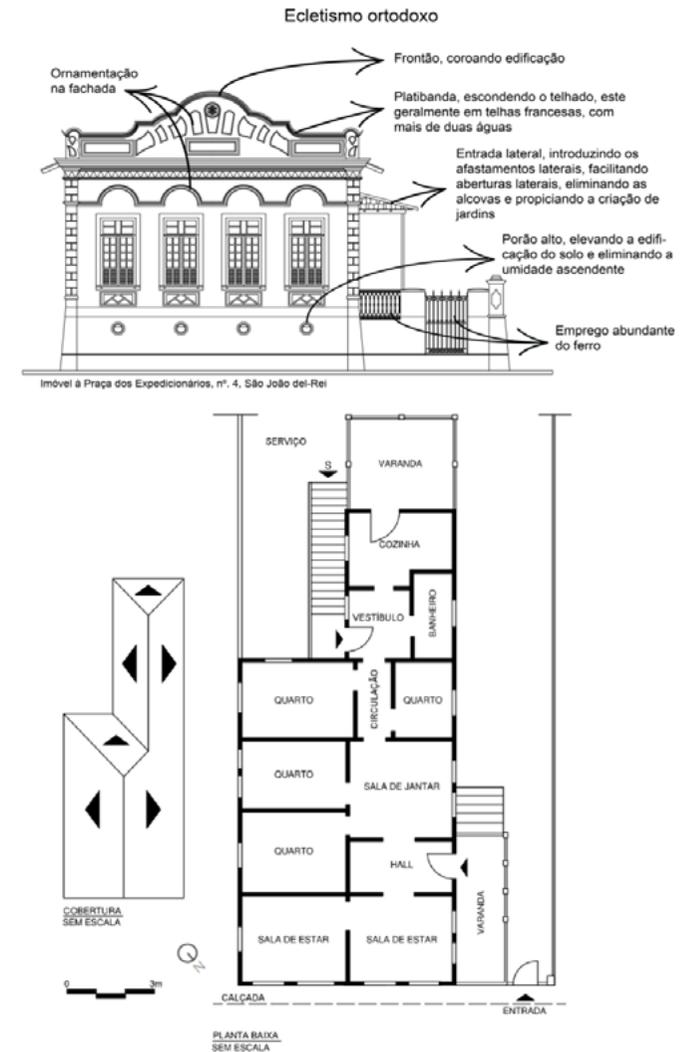
texto ou poema, a arquitetura experimenta ser alegoria” (Casco, 2006, p. 260, grifo nosso). Outra importante característica do ecletismo é a reconfiguração do parcelamento do solo, ainda arraigado na estrutura de um Brasil colônia. Abolindo-se vielas e becos, assim como terrenos irregulares, abrangia-se o campo para a implementação maciça da arquitetura eclética em sua plenitude.

No que tange às discussões próprias da arquitetura, Rocha-Peixoto mostra ainda que o termo ecletismo foi muitas vezes considerado como expressão arquitetônica inferior, em função de se caracterizar por uma miscelânea de estilos. Lima, Campos e Vasconcelos (1985) ressaltam que a intolerância ao ecletismo precede o conceito, está intrínseca em sua etimologia:

[..] assistimos a uma abrangência do termo. O político tal é considerado eclético porque assimila elementos de várias tendências, a casa de *fulana* é eclética porque possui móveis de estilos heterogêneos e assim por diante. Usa-se com muita facilidade a denominação eclética mas o conceito “eclético” requer um certo rigor, posto que expressa a vigência de determinadas formas válidas em determinado momento da cultura, [formas estas] restritas portanto à temporalidade (Lima; Campos; Vasconcelos, 1985, p. 3).

Já alguns autores, como Lemos (1979), consideram como arquitetura eclética aquelas edificações cujos projetos eram encomendados pelas famílias abastadas a arquitetos estrangeiros, que incorporavam aos mesmos as novidades do exterior, a qual o autor classifica como “*ecletismo ortodoxo*” (Lemos, 1979, p. 118), como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Exemplar do ecletismo ortodoxo (fachada e plantas)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao envolver mudanças significativas no sistema construtivo, de base colonial, o ecletismo ortodoxo introduz a alvenaria de tijolos e a utilização do ferro como elemento estrutural, além de consolidarem-se os telhados em várias águas, em telhas do tipo francesa. Com as novas formas de parcelamento do solo, as edificações, ao passo que dispõem de maiores terrenos, espraiam-se por estes, afastando-se de primeiro dos seus limites laterais, e por último do paramento frontal (Reis Filho, 2000). Com perspectivas de conforto e higiene, introduz-se a água encanada, possibilitada pelos canos de ferro.

Se a abertura da Avenida Central representou o despontar do ecletismo para toda a sociedade, o ápice deste estilo na arquitetura brasileira foi a Exposição do Primeiro Centenário da Independência Política do Brasil, ocorrida em 1922. O evento, que reuniu diversos países no Rio de Janeiro, possibilitou às diversas camadas da população o contato direto com as formas arquiteturais predominantes na época, além de 'consolidar tendência' do que de mais moderno se edificava no período. Um grande complexo foi construído à beira-mar, a partir de plano urbanístico elaborado por Archimedes Memória, juntamente com uma comissão, com edificações de diversos países, com destaque ao Pavilhão de Festas, um dos mais suntuosos, de autoria deste mesmo arquiteto, hoje demolido. A arquitetura neocolonial, recém-instituída, já se fazia presente em alguns dos edifícios, como nos Pavilhões das Grandes Indústrias e da Caça e Pesca.

A maioria das edificações da Exposição foram executadas em caráter provisório, visando seu desmonte após a mesma, dando um caráter quase efêmero aos pavilhões. Dessa forma, dos mais de vinte pavilhões, restam apenas

quatro: o Pavilhão da Administração e do Distrito Federal, que depois passou a abrigar o Museu da Imagem e do Som; o Pavilhão de Honra da França, uma réplica do Petit Trianon que Luís XVI mandou construir para Maria Antonieta em Versailles, hoje sede da Academia Brasileira de Letras; o Pavilhão da Estatística, que, consideravelmente modificado, hoje é o Centro Cultural da Saúde do Rio de Janeiro, e o Pavilhão das Grandes Indústrias, parcialmente descaracterizado, em prol de um "restauro" equivocado.

De certo modo, a arquitetura eclética organizou os centros urbanos a partir do século XIX, uma vez que as fachadas das moradias passaram a identificar a elite e a burguesia emergente dessas localidades, e introduziu maior assepsia e conforto aos lares. Como muitas vezes os elementos constitutivos das edificações eram escolhidos em catálogos, Sá (2004) estabelece uma comparação entre a arquitetura do período e a preocupação com os elementos da moda, ou seja, o ecletismo constituindo-se como um estilo para o consumo. Nas palavras desse autor:

[...] o importante é a imitação, mas não a fidelidade e sim a fantasia e a recriação. À primeira vista, isso pode parecer uma falta de compromisso com a 'verdade formal e histórica', mas o compromisso, nesse caso, é com o ato de representar e de evocar, de atender à demanda burguesa por quantidade e acumulação como instrumento de afirmação social, de retratar a 'expressão da individualidade do proprietário' por meio do inédito e do exótico e, simultaneamente, de usar as referências do passado como forma de criar símbolos de tradição para uma classe em ascensão e ainda desenraizada culturalmente (Sá, 2004, p. 45-46).

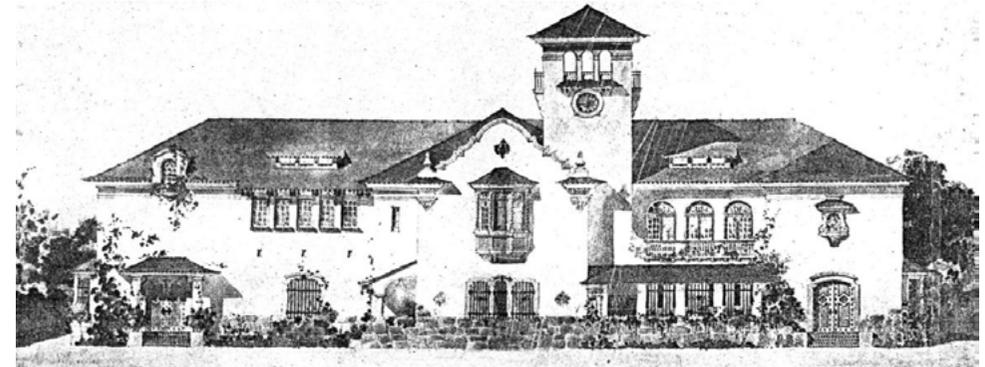
O Rio de Janeiro era um caniteiro de obras cheio de oportunidades, em um dos períodos mais férteis para o campo da arquitetura. As novas classes burguesas demandavam cada vez mais projetos para seus chalés e *bungalows* nos moldes dos vistos nos filmes e revistas. A Escola Nacional de Belas, já funcionando em seu edifício suntuoso da antiga Avenida Central, agora rebatizada de Avenida Rio Branco, via o número de alunos só aumentarem.

GRUPO ESCOLAR DOM PEDRO II

O ecletismo da Avenida Central ainda se mostrava vivo e pulsante no imaginário da população, e, curiosamente, foi Heitor de Mello, o maior arquiteto praticante dos estilos classicizantes, o responsável pelos primeiros exemplares neocoloniais construídos em terras cariocas.

De acordo com Kessel, “para Heitor de Mello, o neocolonial representava mais uma alternativa a enriquecer o repertório de soluções estéticas, sem grandes teorizações ou justificativas que transcendessem o esforço de agradar aos clientes” (2008, p. 98). Nos projetos elaborados por Mello em 1920, especialmente o do Grupo Escolar D. Pedro II (Figura 11), o arquiteto mostra-se mais seguro quanto à volumetria a ser adotada.

Figura 2 – Heitor de Mello - projeto do Grupo Escolar Dom Pedro II, em Petrópolis (fachada frontal) - 1920



Fonte: Acervo NPD/FAU-UFRJ.

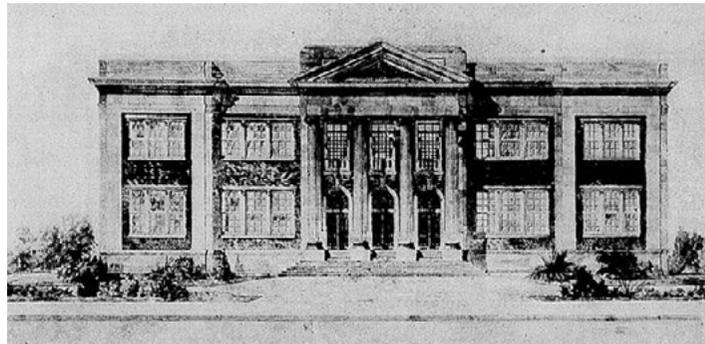
Localizado à rua do Imperador, 400, no Centro de Petrópolis, em terreno doado pela princesa Isabel, em concorrência com a proposta do engenheiro Eduardo de Vasconcellos Pederneiras (Figura 12), inspirada “nos typos das escolas norte-americanas, com seus traços severos”¹², o projeto de Mello foi escolhido pelo então presidente do Estado do Rio de Janeiro, Raul de Moraes Veiga, por compor-se “em estylo nosso, em velho estilo colonial”¹³. Apesar de o projeto de Pederneiras relacionar-se plasticamente com a antiga residência de verão da Família Imperial, em traços neoclássicos, o projeto neocolonial de Heitor de Mello, ao evocar a nacionalidade, às vésperas das comemorações do Centenário da

12 *Revista da Semana*, matéria “Um bello exemplar de architectura tradicional: o Grupo Escolar D. Pedro II em Petrópolis”. Rio de Janeiro, ano XXII, n.19, 07 mai. 1921, p.27.

13 *Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico, Espusiente*, matéria “Petropolitanas”, editorial. Rio de Janeiro, ano XIV, n.3, 17 jan. 1920, p.38.

Independência do Brasil, pesou em prol de sua escolha, contribuindo assim para a ampliação da aceitação do emprego deste estilo nas edificações Rio de Janeiro afora.

Figura 3 - Eduardo de Vasconcellos Pederneiras - projeto para o Grupo Escolar Dom Pedro II, em Petrópolis (fachada frontal - não executado) - 1920

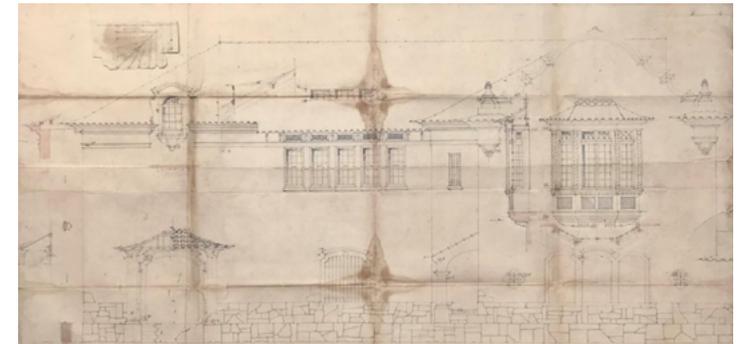


Fonte: Revista da Semana, matéria "Um bello exemplar de architectura tradicional: o Grupo Escolar D. Pedro II em Petrópolis". Rio de Janeiro, ano XXII, n.19, 07 mai. 1921, p.27.

Possuindo 50 metros de frente e 160 de fundos, inserindo-se em um terreno de esquina, possui em seu pavimento térreo quatro salas de aula, sendo duas em cada extremidade do pátio central – este com arcos plenos no pavimento térreo e colunatas no superior, em clara alusão aos claustros dos conventos –, além de vestiários, banheiros, salão, sala dos professores e sala da diretoria. Já o segundo pavimento é composto exclusivamente por oito salas de aula, separadas ao centro

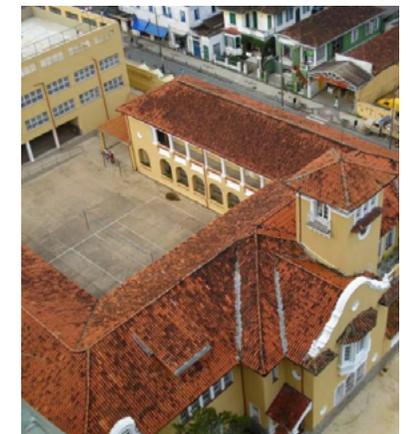
por um salão de exposição de modelos, próximo ao acesso à torre. Sua fachada compõe-se de óculos, azulejos, pináculos, janelas tripartidas com bandeiras em madeira e vidro, elementos marcadamente neocoloniais, além de um torreão.

Figura 4 - Heitor de Mello - projeto do Grupo Escolar Dom Pedro II, em Petrópolis (detalhe da fachada frontal) - 1920



Fonte: Acervo NPD/FAU-UFRJ.

Figuras 5 e 6 - Heitor de Mello - Grupo Escolar Dom Pedro II atualmente



Fontes: Foto do autor, 2022; Página "Minha Foto no tempo do Cenip & Colegio Estadual", Facebook, 2015. Disponível em: <https://web.facebook.com/806364366126616/photos/a.806365522793167/806365526126500>. Acesso em 20 jul. 2022.

Este foi mais um dos projetos que Memória e Cuchet assumiram, após a morte de Mello ainda em 1920. Elaboraram ao menos quatro desenhos (detalhe de corte longitudinal, detalhe de corte transversal e detalhes das fachadas laterais) todos em escala de cinco centímetros para um metro. Receberam do Governo do Estado a importância de trinta contos de réis¹⁴ pela finalização da obra. A inauguração da edificação ocorreu em 26 de novembro de 1922.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Aurélia Tâmisia Silvestre de. **Archimedes Memória**: O futuro ancorado no passado. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. **Marc Ferrez e o Rio de Janeiro de seu tempo**. 2008. Tese (doutorado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BRAUND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. A alegoria do eclético. *In*: GUIMARAENS, Cêça (Org.). **Arquitetura e Movimento Moderno**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programas de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2006, p. 257-263.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

FABRIS, Annateresa (Org.). **Eclétismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.

¹⁴ *Jornal do Commercio*, matéria “Fiscalização financeira”, editorial. Rio de Janeiro, 08 dez. 1923, p.10.

GUIMARAENS, Cêça. **Arquitetura: um relato histórico no Brasil**. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso, 2012. Disponível em: <https://www.crea-mt.org.br/portar/arquitetura-um-relato-historico-no-brasil>. Acesso em 10 ago. 2021.

KESSEL, Carlos. **Arquitetura neocolonial no Brasil**: entre o pastiche e a modernidade. Petrópolis: Editora Jauá, 2008.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

LEVY, Ruth. **Entre palácios e pavilhões**: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

LIMA, Sérgio J. F. de Sousa; CAMPOS, Adalgisa A.; Vasconcelos, Maria de F. **A Arquitetura Eclética e sua Integração com a Arquitetura Colonial de São João del-Rei**. Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei (datilografado). São João del-Rei: Sphan/Pró-Memória, 1985.

PAOLI, Paula Silveira de. **Entre Relíquias e Casas Velhas**: A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. O eclétismo e seus contemporâneos na arquitetura do Rio de Janeiro. *In*: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000, p. 5-26.

SÁ, Marcos Moraes. **A mansão Figner**: o eclétismo e a casa burguesa no início do século XX. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2004.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1981.

TERRA, Alcione. **Heitor de Mello**: trajetória e contribuição profissional na cidade do Rio de Janeiro no período da Primeira República. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUIÇÕES e Arquivos; Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade Federal do Rio de Janeiro.



*Desenho da vista
da Avenida Ipiranga.
Autoria: Nathaly Lettieri, 2023.*

4

Aline Montenegro Magalhães

PETRÓPOLIS INDUSTRIAL NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98904.4

Uma “Cidade Imperial” é como Petrópolis geralmente figura no nosso imaginário. Aliás, esse título lhe foi atribuído e tem sido reiteradamente defendido, especialmente quando se trata do fomento ao turismo. A historiadora Jamile da Silva Neto, inclusive, realizou uma tese de doutorado, defendida em junho de 2023, na qual refaz o percurso da construção dessa imagem de Petrópolis. Identifica os lugares e os agentes envolvidos na produção dessa aura passadista monárquica, que envolve a cidade e (ainda) encanta seus visitantes. Destaca, assim, dois momentos cruciais de criação e revitalização dessas memórias: décadas de 1930 e 1940 com a Comissão do Centenário de Petrópolis e as disputas em torno do marco fundacional da cidade e a fundação do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), do Museu Histórico de Petrópolis e do Museu Imperial; e finais da década de 1970 e início dos anos 1980, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) atua no reconhecimento da cidade como patrimônio histórico.¹⁵

Na Petrópolis que apresentamos aqui, não são os vestígios da família imperial, tampouco o passado monárquico o que se apresenta como grande atrativo da cidade. Estamos falando da Petrópolis que foi ricamente documentada em 38 fotografias publicadas no *Álbum do Estado do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908*.

A publicação oficial do governo estadual, à época presidido por Alfredo Augusto Guimaraes Backer, foi organizada por Júlio Pompeu de Castro Albuquerque, um funcionário da Diretoria Geral de Indústria do Ministério da Indústria, Viação

e Obras Públicas, o que pode explicar a ênfase dada às atividades industriais no Álbum. Conta com 176 páginas e 125 fotografias. Seu objetivo era fazer propaganda do Estado do Rio de Janeiro como lugar próspero, promissor e com grandes potenciais para receber investimento internacional e imigrantes para trabalhar na lavoura e na indústria. O que explica ter sido a primeira parte do álbum escrita em português e francês, para que alcançasse o público internacional.

O propósito do álbum estava afinado com os intentos da Exposição Nacional comemorativa do centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Para celebrar os cem anos do ato decretado por D. João, assim que chegou ao Brasil, com a Corte Portuguesa, em 1808, o Presidente Afonso Pena promoveu a Exposição, instalando-a no recém-reformado bairro da Urca da então capital federal, Rio de Janeiro. Identificava-se a abertura comercial da então colônia como um marco para dar sentido e exaltar o progresso e a civilidade da República, bem aos moldes do que Margarida de Souza Neves (1986) denominou como “vitrines do progresso”. Aspectos históricos ocupam pouco lugar no Álbum: seis parágrafos iniciais que abordam muito superficialmente os períodos colonial, imperial e republicano. As demais páginas trazem uma descrição dos aspectos físicos, demográficos e econômicos do estado, enfatizando a qualidade do solo, o clima, a riqueza de recursos naturais, a infraestrutura moderna, a hospitalidade, bem como as atividades produtivas então desenvolvidas.

Para sublinhar o caráter moderno e civilizado do estado do Rio de Janeiro, a educação “absolutamente gratuita e leiga” de uma “moderna higiene pedagógica” (Albuquerque, 1908), assume papel de grande importância.

15 P.S. Agradecimento especial à estudante Nathielle Lyra que, como bolsista voluntária do projeto “Olhos de ver”, realizou pesquisa fundamental para este capítulo. Muito obrigada!

Fala-se em “prophylaxia do analfabetismo” (Albuquerque, 1908) e de uma educação “nem de inútil erudição, nem ausência das noções práticas indispensáveis à movimentação do mundo”. Com termos tecnicistas e caros à política sanitária da época, se mostra que o ensino estava mais a serviço da formação de mão de obra para o mercado de trabalho do que para a construção de cidadania, bem ao gosto das necessidades do capitalismo em ascensão por aqui. Era vista como um índice de progresso e “benevolência” do estado, já que na constituição de 1891 a educação ainda não era um direito. Esse tema tem a seguinte conclusão na parte que trata da administração pública: “Deixamos ao leitor, depois disto, tirar, sobre a civilização do Estado, a lição que mais lhe convier, quando afirmarmos que o *número* de PRAÇAS do corpo policial desse território é de 450, menor que o *número* de seus INSTITUTOS *de ensino*” (Albuquerque, 1908). Afinal, investir na instrução mais do que na punição era algo a exaltar.

Após uma descrição geral do estado, a obra se volta para a especificidade dos municípios. Nessa parte, que não tem a versão francesa, Petrópolis é apresentada por seus distritos, praças, população e atividades econômicas:

Petrópolis não é apenas a mais bela cidade do Estado do Rio de Janeiro. O movimento comercial dia a dia avulta e cresce assombrosamente.

Nada menos de dezesseis fábricas acham-se situadas na área urbana [...] Além do grande número de notáveis estabelecimentos de

educação e ensino, possui Petrópolis, ainda, o Hospital de Santa Thereza e o Asilo do Amparo.

A cidade possui palácios belíssimos, bons hotéis, excelente serviço de viação, imprensa adiantada e um comércio de primeira ordem.

Petrópolis é a residência do corpo diplomático. A iluminação é elétrica. (Albuquerque, 1908, n.p.).

Nenhuma palavra sobre a relação da cidade com o passado imperial. Silêncio também que aparece nas fotografias da cidade escolhidas para ilustrar o Álbum, divididas entre edificações e paisagens. No grupo das edificações, tanto se retrata a fachada dos prédios quanto o interior, destacando-se prédios públicos, colégios e fábricas. As paisagens enfatizam a modernidade de ruas e praças, sendo duas focadas no aspecto natural.

As escolas retratadas foram: Colégio Americano, Colégio Santa Isabel e Colégio Notre Dame de Sion. Vale mencionar que este último ainda funcionava no Palácio Imperial, mas a escolha foi compartilhar uma fotografia da sede que passaria a ocupar a partir de 1909, cuja construção estava em fase de finalização (figura 1).

Segundo consta em descrição de cartão postal com outro ângulo dessa mesma fachada, acervo do Museu Imperial de Petrópolis¹⁶, atualmente, o prédio abriga um dos *campi* da Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis.

16

Cf. <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/5322> (Acesso 13 Set. 2023)

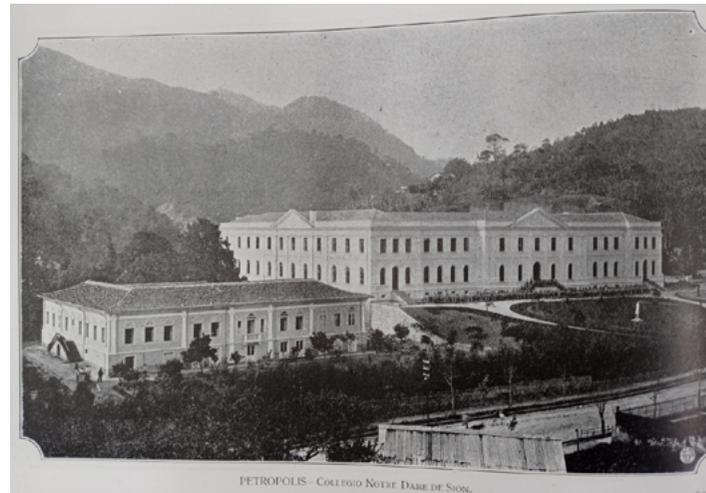


Figura 1 - Foto [57] do Álbum do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908. Fonte: Cf. <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/5322> (Acesso 13 Set. 2023).

No que diz respeito às indústrias, o “Álbum” apresenta doze imagens das seis destacadas no texto sobre Petrópolis. A Cia Cometa, por exemplo, conta com duas fotografias, mas além dela são citadas: Cia Petropolitana, São Pedro de Alcântara, Santa Izabel, Petrópolis Industrial e Bohemia. Com exceção da Bohemia, uma cervejaria, todas do ramo têxtil.



Figura 2 - Foto [73]. Fonte: Álbum do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908.

A tomada do fotógrafo, cujo nome não é revelado no álbum, apresenta a fachada da fábrica, com suas chaminés e uma rua com trilhos do trem que lhe dá acesso, emolduradas por uma verde montanha atrás e por vegetação no entorno. O contraste entre a área ocupada pela indústria e a natureza que a envolve parece apontar para as possibilidades de desenvolvimento da região de vastos recursos naturais (Figura 2).

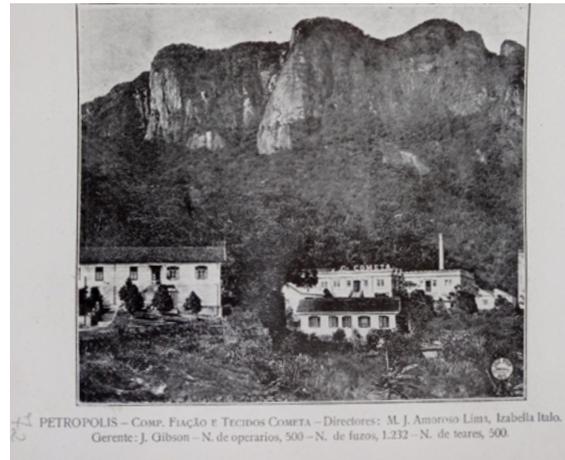


Figura 3 - Foto [72]. Fonte: Álbum do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908.

Essa possibilidade já se apresenta como uma realização na fotografia seguinte, na qual, sob outro ângulo, a Cia Cometa aparece com uma edificação a sua frente e outra a seu lado, tendo a área verde do plano inferior da imagem já bastante devastada. É uma imagem que aponta para um processo acelerado de urbanização em função da produção industrial, na qual a paisagem natural vai sendo substituída por construções, indicando o nível de cultura e civilização da região (Figura 3).

O mesmo se observa com duas fotografias da Cia Fábrica de tecidos D. Izabel. Na primeira (Figura 4), a fachada da fábrica é apresentada sob um ângulo em que ela se destaca em meio a uma paisagem verde, já em processo de desmatamento na parte inferior da imagem. É possível ver algumas construções à esquerda, por detrás da vegetação.

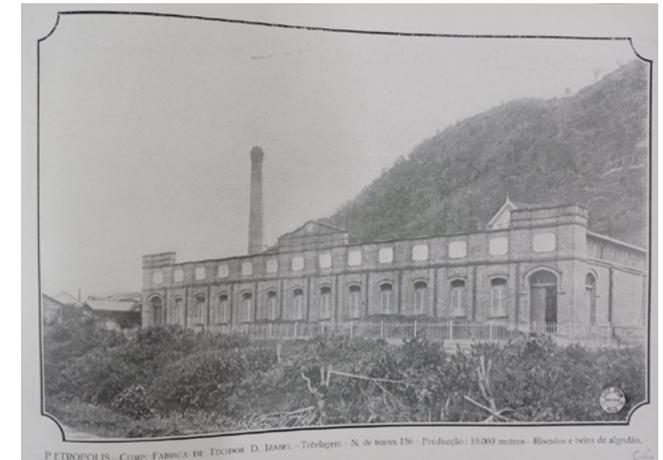


Figura 4 - Foto [64]. Fonte: Álbum do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908.

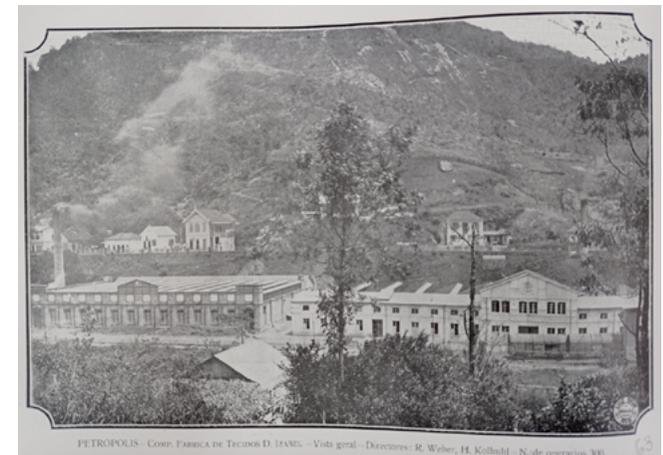


Figura 5 - Foto [63]. Fonte: Álbum do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908.

A segunda imagem (Figura 5) já valoriza outro ângulo, segundo o qual a fábrica aparece em pleno funcionamento, com fumaça saindo de sua chaminé. Aqui ela é apresentada em meio a outras edificações, como parte de uma paisagem que indica a urbanização impulsionada pela atividade industrial.

Vale nota para as legendas dessas fotografias, com informações sobre o quantitativo da produção, número de operários e equipamentos, além do nome dos diretores e do gerente. Outras imagens procuram atestar a produtividade das indústrias com base nas legendas. Destacamos aqui duas fotografias do interior da fábrica São Pedro de Alcântara que procuram destacar a tecnologia moderna de seu maquinário (Figura 6 e 7).

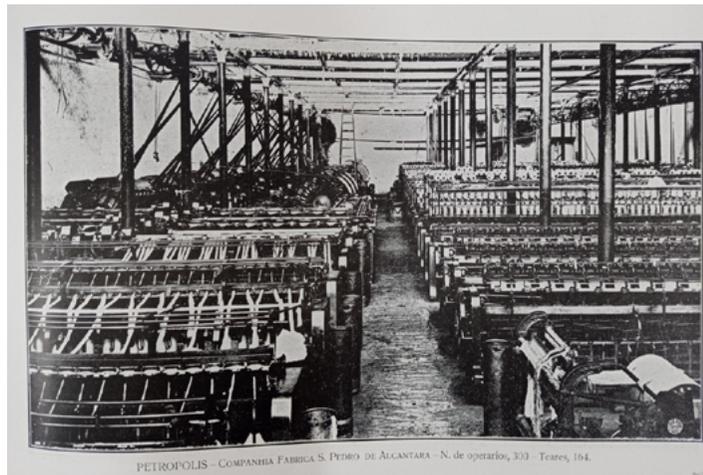


Figura 6 - Foto [70]. Fonte: Álbum do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908.

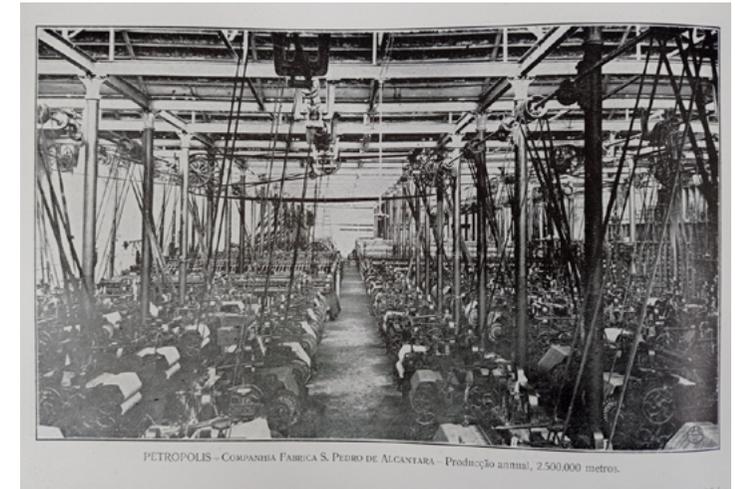


Figura 7 - Foto [71]. Fonte: Álbum do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908.

Se as imagens da fábrica São Pedro de Alcântara enfatizam as máquinas e o processo produtivo de tecidos, a imagem da Cervejaria Bohemia destaca a fase final desse processo. Retrata parte da fachada com o produto, para o consumo, sendo transportado para o comércio. Uma charrete conduz barris com a bebida e a outra a cerveja já engarrafada. Trata-se da única imagem a mostrar trabalhadores. Dois homens à porta da fábrica parecem supervisionar o transporte e dois homens a conduzir, cada um, uma charrete carregada de produtos, puxada por cavalo (Figura 8).

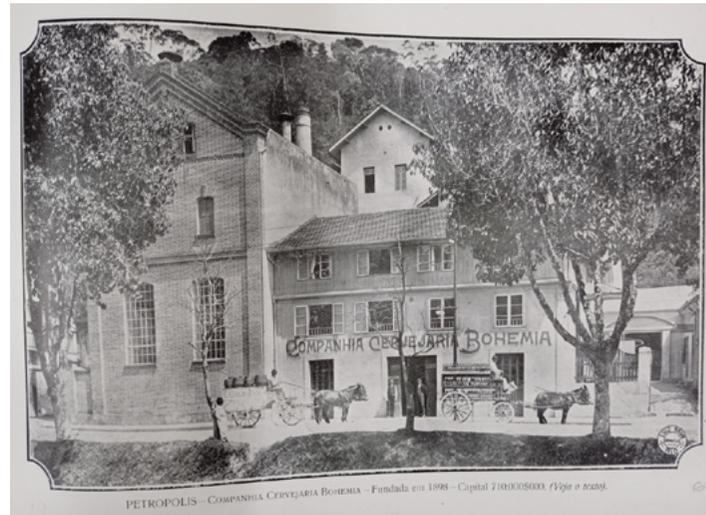


Figura 8 - Foto [62]. Fonte: Álbum do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908.

Era a República querendo se inserir no “concerto das nações”, mostrando-se uma boa aluna na prática de realizar exposições, como países europeus e os Estados Unidos tanto fizeram, especialmente, ao longo da segunda metade do século XIX. Assim, divulgava seu desenvolvimento capitalista, seus valores de civilidade e seus produtos para o consumo, silenciando o passado com o qual rompeu em 1889. Mas mostrando dar continuidade a alguns projetos do período imperial, como o de embranquecimento da população.

Nesse sentido, o álbum pode ser entendido como um instrumento a contribuir para esse processo ao divulgar aspectos positivos do Rio de Janeiro para atrair imigrantes.

Há duas partes na apresentação bilíngue direcionadas especificamente para esse tema “Imigrantes e liberalização da legislação” e “Adaptação do colono e suas vantagens”. Na primeira, trata das “leis que em sua liberalidade não andaremos mal classificando de *socialistas*” (Albuquerque, 1908, n.p, grifos da autora). Essas leis envolvem permissão para “extração das riquezas naturais” e a concessão de terras em “condições paternas” (Albuquerque, 1908, n.p.). Já na segunda parte, procura divulgar a experiência de colonos no Rio de Janeiro, afirmando que “em todo o Estado [...] vivem perfeitamente portugueses, italianos e espanhóis; em toda serra acima com felicidade se têm localizado suíços e alemães havendo cidades por eles fundadas” (Albuquerque, 1908, np). Alegava-se baixa densidade demográfica para a realização do futuro promissor, não mencionando nada a respeito das populações indígenas e de ex- escravizados e seus descendentes.

A única menção à escravidão foi sobre os prejuízos sofridos pelo estado após a sua extinção. Mas essa referência não aparece na parte bilíngue, mas sim, em outra escrita só em português intitulada “O estado do Rio agrícola e industrial”:

Nenhuma das províncias do Brasil sentiu como ele [Rio de Janeiro] as conseqüências da abolição do elemento servil; e a desorganização do trabalho que resultou da Lei Áurea produziu a crise que mais tarde estalou sob o regime republicano, encontrando-o desaparelhado para resistir à sua explosão (Albuquerque, 1908, n.p.).

A leitura dessas partes do álbum me fez lembrar o artigo de Tau Golin publicado no portal Geledés e citado

por Sueli Carneiro em sua entrevista no programa *Mano a Mano*, com Mano Brown, “Os cotistas desagradecidos”¹⁷. Vale a leitura e uma reflexão sobre o Brasil, o Rio de Janeiro e Petrópolis de 1908 que estavam sendo propagados para os brasileiros e para o mundo. Como as questões e as imagens levantadas aqui a partir da análise do *Álbum do Rio de Janeiro na Exposição Nacional de 1908* podem contribuir para pensarmos o país, o estado e a cidade hoje?

O projeto de extensão “Olhos de ver”, coordenado pela professora Carina Martins Costa, da UERJ, e do qual faço parte, é um espaço profícuo para questionamentos como esse. Com propósito pedagógico, é dedicado à elaboração de roteiros temáticos que procuram mostrar histórias de uma Petrópolis pouco conhecida. É o caso do roteiro “Caminhos da ferrovia em Petrópolis”, elaborado sob a coordenação da professora Patrícia Drach, que passa pela antiga Fábrica de tecidos e algodão São Pedro de Alcântara, que está passando por um processo de revitalização para se tornar um centro cultural¹⁸. São trabalhos como esse que nos ajudam a conhecer outras leituras e apropriações da cidade de Petrópolis, com pesquisas e produção de materiais que divulgam um rico e diversificado patrimônio petropolitano, suas circunstâncias de construção e seus usos para propagação de ideias, como as de progresso e civilidade, nos primeiros anos da República.

17 GOLIN, Tau. Os cotistas desagradecidos. Portal Geledés - <https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/> (Acesso em 13 Set. 2023)

18 Sou Petrópolis. Fábrica São Pedro de Alcântara será revitalizada e transformada em complexo cultural. <https://soutropolis.com/2023/03/02/fabrica-sao-pedro-de-alcantara-sera-revitalizada-e-transformada-em-complexo-cultural/> (Acesso em 13 Set. 2023)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Julio Pompeu de Castro. **Álbum do Estado do Rio de Janeiro - Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro/RJ, 1908.

GOLIN, Tau. **Os cotistas desagradecidos**. Portal Geledés - <https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/>. Acesso em: 13 Set. 2023.

LENZI, Maria Isabel Ribeiro. **Três álbuns fotográficos da Exposição Nacional de 1908 no Museu Histórico Nacional**: Boscagli, Malta e Musso. Rio de Janeiro: Brasiliiana Fotográfica, 2023. Acesso em 14/09/2023.

LEVY, Ruth. **Entre Palácios e Pavilhões**: a arquitetura efêmera da exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

MUSEU IMPERIAL. Dami - Acervo Digital <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/5322>. Acesso em: 13 Set. 2023.

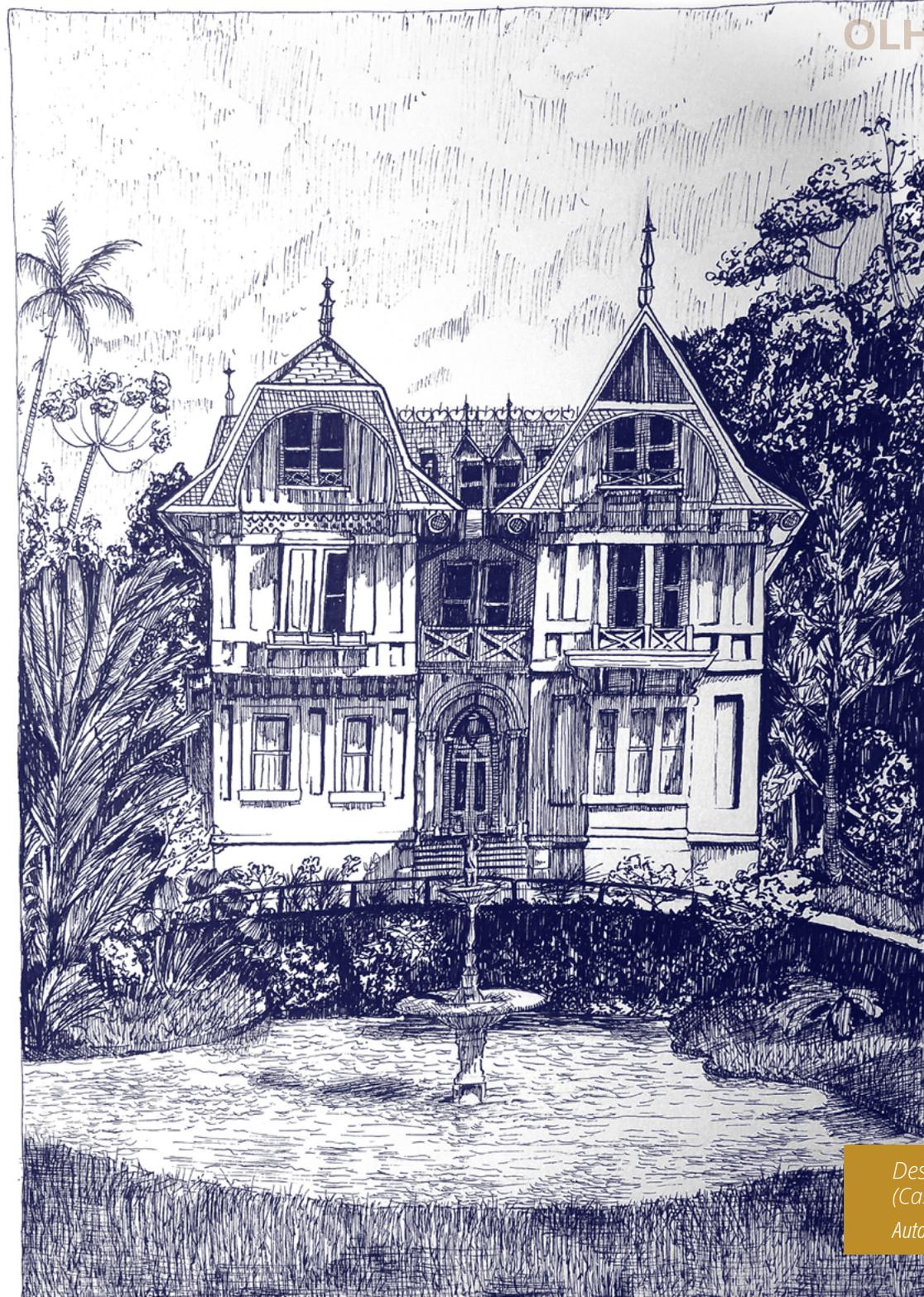
NETO, Jamile da Silva. **Historiografia, patrimônio e museu**: silenciando o passado na construção da memória imperial da cidade de Petrópolis. 2023. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

NEVES, Margarida. **As vitrines do progresso**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/ FINEP/CNPq, 1986.

SOU PETRÓPOLIS. **Fábrica São Pedro de Alcântara será revitalizada e transformada em complexo cultural**. <https://soutropolis.com/2023/03/02/fabrica-sao-pedro-de-alcantara-sera-revitalizada-e-transformada-em-complexo-cultural/> Acesso em: 13 Set. 2023.



*Desenho da Casa Petrópolis
(Casa dos 7 Erros).
Autoria: Isabel Iannarella, 2023.*



*Desenho da Casa Petrópolis
(Casa dos 7 Erros).
Autoria: Ingrid Araújo, 2023.*

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Aline Montenegro Magalhães

Docente do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Historiadora com mestrado e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista de Pós-doutorado sênior do CNPq, em Museologia, pelo PPGPMUS (Unirio/Mast) entre 2018 e 2020. Foi diretora substituta do Museu Histórico Nacional em 2022. Co-fundadora do blog "Exporvisões: miradas afetivas sobre museus, patrimônio e afins".

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8944196025407052>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9453-5107>

E-mail: aline.montenegro@usp.br

Carina Martins Costa

Professora associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutoranda do Programa de Arquitetura (PROARQ- UFRJ), financiada pelo CNPq. Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mestre em Projetos Sociais e Bens Culturais (FGV), Mestre em Educação (UFJF) e Licenciada em História (UFJF). Co-fundadora do blog "Exporvisões: miradas afetivas sobre museus, patrimônio e afins".

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1953510407996436>

ORCID: [0000-0002-1692-9688](https://orcid.org/0000-0002-1692-9688)

E-mail: martinsgaruda@gmail.com

Diego Nogueira Dias

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFSJ (2016). Mestre (2019) e Doutor (2023) em Arquitetura pelo PROARQ/UFRJ. Organizou e diagramou os livros "Museografia e Arquitetura de Museus: Pesquisa e Patrimônio" (2019) e "Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal" (2020). Realiza trabalhos nos domínios de Arquitetura e Patrimônio, em especial: atuação do IPHAN nas cidades históricas mineiras, arquitetura eclética, historiografia da arquitetura no Brasil.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6962288932052646>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1320-9845>

E-mail: diegofletcher@hotmail.com

William Seba Mallmann Bittar

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFSJ (2016), Livre Docente em Arquitetura (1996), Professor adjunto aposentado da FAU- UFRJ. Autor de livros e artigos nas áreas de Arquitetura no Brasil e Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural. Atua como consultor e pesquisador na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Arquitetura no Brasil e Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1874540690449252>

E-mail: wsbittar@gmail.com



*Aquarela com vista
da Praça da Liberdade.*

Autoria: Ingrid Araújo, 2023.

ÍNDICE REMISSIVO

A

analfabetismo 41
 arquitetura da cidade 11
 arquitetura de ferro 11
 arquitetura eclética 11, 31, 32, 33, 34, 37, 49
 Aspectos históricos 40

B

banimento 13, 16, 18
 Biblioteca Nacional 13, 23
 burguesia 22, 34

C

campo intelectual 14
 capitalismo 31, 41
 centenário 16, 40
 cidadania 13, 41
 cidade imperial 27
 civilidade 40, 45, 46
 civilização 13, 41, 43
 classicismo francês 23
 clima tropical 13
 comunidade 11
 constituição de 1891 41
 Corte Portuguesa 40

E

ecletismo 11, 22, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37
 educação 15, 19, 40, 41
 embranquecimento 13, 45
 epidemias 22
 estilo eclético 11, 13, 16
 estilo nacional 22

F

Família Imperial 35
 fotografias 40, 41, 42, 43, 44

H

Historiografia 46

I

identidade nacional 14
 imigrantes 15, 22, 32, 40, 45
 industrialização 11, 13, 17
 infraestrutura colonial 22
 instrução 15, 41

M

material pedagógico 11
 modernidade construtiva 13
 modernidades 14

modernismos 14

modernização 8
 monarquia 13, 18
 movimentos abolicionistas 22
 Museu Imperial 16, 18, 19, 40, 41
 Museu Paulista 8, 11, 49

N

nação brasileira 15

O

operação memorial 13

P

Petrópolis 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 27, 30, 35,
 36, 37, 39, 40, 41, 42, 46
 política sanitaria 41

R

República 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 37, 40, 45, 46
 republicanos 11, 17, 22
 revolução industrial 22
 Rio de Janeiro 11, 13, 19, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 31, 34, 35,
 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49

V

Versalhes 23

www.PIMENTACULTURAL.com

OLHOS DE VER

eclético em Petrópolis (RJ)



OLHOS
DE VER

PROARQ UFRJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



pimenta
cultural